

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO AJA EXPANSÃO NA REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA (2001-2004).

**Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite
Aldimar Jacinto**

RESUMO: Pretende-se neste texto analisar a proposta de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos do Projeto AJA - Expansão, buscando reconstruir a memória dos processos formativos vivenciados pelos sujeitos que participaram da experiência do Projeto AJA-Expansão na Rede Municipal de Educação de Goiânia (2001-2004). Nesta perspectiva considera-se necessário analisar os referenciais que subsidiaram as práticas de alfabetização e a sua articulação com os fundamentos da alfabetização no campo da Educação Popular.

Palavras chave: Educação de Adolescentes Jovens e Adultos, educação popular e projeto AJA- Expansão.

Introdução

O estudo em questão tem o objetivo de discutir os referenciais que subsidiaram as práticas de alfabetização no Projeto AJA-Expansão na Rede Municipal da Educação de Goiânia (2001-2004) e a sua articulação com os fundamentos da alfabetização no campo da Educação Popular. Com a seguinte problemática: A experiência do AJA expansão em Goiânia fundamentou-se nas concepções da educação popular em sua organização?

Busca-se reconstruir a memória dos processos formativos vivenciados pelos sujeitos que participaram da experiência do Projeto AJA-Expansão na Rede Municipal da Educação de Goiânia (2001-2004), além de se realizar uma releitura dessa modalidade de ensino a partir dos registros e da narrativa dos envolvidos. Ressalta-se que o olhar sobre a fundamentação teórica de Alfabetização, no campo da Educação Popular, busca novas contribuições demandando transformações acerca desta temática, em relação à constituição histórica da Educação de Jovens e Adultos.

Busca-se nesta pesquisa uma análise qualitativa do Projeto AJA Expansão e a sua fundamentação no campo da educação popular. Na medida em que atendem às exigências do estudo escolhido, será realizada revisão bibliográfica do tema proposto e o

levantamento dos documentos na SME acerca do projeto AJA Expansão. Este estudo se utilizará de técnicas investigativas como entrevistas, depoimentos e histórias de vida, registros e outras fontes que contribuíram para a investigação.

Analisar este campo implica não somente refletir sobre os fundamentos que subsidiaram o projeto AJA - Expansão, mas também buscar entender as dificuldades existentes na época. Nesse sentido, além da questão central que orienta este estudo, algumas indagações podem ser levantadas, tais como: Quem eram os sujeitos dessa experiência? Quais os fundamentos teóricos e metodológicos que os orientava? De que forma esse processo estava vinculado à leitura crítica do mundo? Qual o nível e formas de participação de organizações da sociedade civil no desenvolvimento do projeto?

O presente estudo está dividido em três momentos. No primeiro aborda-se os Antecedentes históricos da EJA/EAJA em Goiânia; na Secretaria Municipal da Educação (SME) 2001-2004, os princípios da gestão democrática e popular, no segundo trata-se sobre o AJA - Expansão: concepções e forma de organização e no terceiro momento procura refletir sobre a Educação popular e processo de democratização. Por fim tecemos nas considerações finais a problemática desenvolvida.

Considera-se como importante o levantamento e o registro das experiências em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Popular em Goiás, tendo em vista a necessidade de se avançar no sentido de se buscar e organizar documentos dispersos referentes a esta história, bem como reconstruir parte da história que está guardada somente na memória individual das pessoas que viveram experiências desta natureza.

1. Antecedentes históricos da EJA/EAJA em Goiânia; na secretaria municipal da educação (SME) 2001-2004 e os princípios da gestão democrática e popular

Jesus (2013) assinala que em Goiânia como a EJA já funcionava desde a década de 1970, com atendimento exclusivamente para as classes noturnas, e mediante a proposta da Lei de Diretrizes e Base (LDB) a legislação federal, nos esclarece o potencial de educação inclusiva, ressaltando que tal fato, contribuiu para confirmar que há especificidades no atendimento a esses sujeitos, os quais precisariam ser considerados pelas gestões municipais como sujeitos de direitos.

Nesse sentido é que a organização das classes para adolescentes, jovens e adultos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia passou a adotar como

referência a Lei de Diretrizes e Base, não especificamente quanto à definição da EJA como modalidade, mas em relação à obrigatoriedade do atendimento diferenciado que precisava ser garantido ao jovem e ao adulto trabalhador, pautada pelo entendimento de que os educandos seriam a base para a efetivação da educação inclusiva.

O Projeto de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA), da Secretaria Municipal de Goiânia (SME), que vem sendo implementado, conforme os estudos de Rodrigues (2004), desde 1993 a 2001 e desenvolvido em parceria com segmentos da sociedade civil, em especial com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Católica de Goiás (UCG), sindicatos e associações de moradores, constituiu-se na tentativa de por em prática o processo de alfabetização de adolescentes, jovens e adultos, com vistas a garantir-lhes o acesso ao ensino fundamental, postulando os fundamentos da educação popular. Tal projeto se consubstanciava nos princípios e fundamentalmente na Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) constituída em Goiânia no ano de 1992/93. Conforme Machado (1997)

A Proposta de Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos - nome oficial do Projeto EAJA - tem seu início, enquanto concepção, na Faculdade de Educação, através da experiência realizada por esta faculdade, cujo título era "Intenção de Estudos", coordenado pela Professora Maria Helena Barcellos Café. Na efervescência do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, do Governo Collor, toda sociedade fora convocada a participar do esforço de "erradicação" do analfabetismo no país (1997, p. 84).

Tal retomada de concepções demonstra os princípios que orientavam a gestão da Secretaria Municipal de Educação entre 2001 e 2004. Jesus (2013) enfatiza aspectos importantes da gestão autodenominada de democrático-popular. E traz a exposição a análise da experiência da EJA, revelando os limites e as potencialidades do poder municipal no esforço de garantia de educação como direito de todos. Ela menciona, ainda, o potencial que tem a gestão municipal quando mantém princípios democráticos e toma a decisão política de assumir a escolarização para adolescentes, jovens e adultos como obrigação do poder público.

Ainda segundo Jesus (2013) criada em 2001, a Divisão de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF- AJA), teve por premissa a constituição de fóruns de discussão sobre a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA). Visava Possibilitar aos alunos o ingresso na 5ª série do Ensino Fundamental e sua permanência, com êxito, até o término deste grau de ensino. Assegurar ensino de boa qualidade criando formas alternativas que satisfaçam as necessidades básicas de aprendizagem dos adolescentes, jovens e adultos, superando a evasão e a cultura de repetência. Enriquecer a atividade escolar pela integração a centros de difusão cultural

como bibliotecas e outros espaços de ação comunitária. Desenvolver estudos e teorizações para validação e generalização da experiência. Vincular o processo de aprendizagem às experiências e à participação de todos na construção do saber enquanto veículo de desenvolvimento pessoal e social. Desenvolver habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória e o saber aprender. Estabelecer o domínio da sociabilidade pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, e de abertura ao outro. (GOIÂNIA, 1993, Apud, JESUS, p.112, 2013).

Com esse entendimento, efetivou-se como desafio inicial para a Divisão de Educação Fundamental de Jovens e Adultos (DEF- AJA), garantir o direito de submeter ao processo escolar àqueles que não tiveram condições de permanência e conclusão do ensino fundamental na idade habitual.

A prefeitura de Goiânia – gestão 2001-2004- tem o prazer de apresentar a toda sociedade Goianiense, através as Secretaria Municipal de Educação, uma proposta ousada, todavia fundamental para grande parte dos adolescentes, jovens e adultos deste município. O projeto de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos- projeto AJA, [...]. É sem dúvida, a Educação agindo e fazendo a sua parte no resgate e na construção da cidadania, não apenas entre educadores e educandos que estão envolvidos neste grande projeto, mas também entre os diferentes parceiros que procuramos envolver nestes quatro anos de gestão. (GOIÂNIA, 2001, apud, JESUS, 2013 p.117).

Nesse processo percebe-se segundo fala da autora significou ainda propor o novo, com a confiança de estar em concordância com a educação pautada na formação integral dos educandos que constituem a EAJA. E nesse aspecto percebe-se que esta proposta de educação vem mediada pela concepção de educação que requer reflexão sobre a prática através da ação docente.

2. Educação popular e processo de democratização

Paludo (2005) explica que a educação popular é ao mesmo tempo, um movimento sociocultural e uma concepção de educação, ou seja, como movimento que expressa uma infinidade de práticas complexas que emergem associadas aos Movimentos Sociais, grupos comunitários, articulações em torno de alternativas de sobrevivência, entre tantas outras, que apontam para a necessária transformação social, sendo produto da história latino-americana. Como concepção de educação, contrapõem-se as concepções hegemônicas e vai se fazendo, articulada ao movimento sociocultural.

Segundo Brandão (2008) a concepção de Educação Popular se orienta para a transformação social e isto é o que substantivamente a diferencia das demais concepções educativas. O que propõe não é a adaptação passiva dos sujeitos ao que aí está. Pelo contrário, propõe a construção da criticidade - conscientização - e a inserção dos mesmos em processos transformadores,

como agentes participativos. Desse modo ele explica que A educação popular continua sendo um fundamento de identidade e um tipo de trabalho proposto de maneira explícita por várias organizações não governamentais e inúmeros movimentos sociais em todo o país, e de uma maneira crescente e diferenciada (p.18).

Para esses autores a conscientização não é compreendida somente como conscientização política, que se traduz na capacidade de leitura da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, tomada de posição e inserção efetiva nos processos de luta pelo poder. Consideram como necessário o desenvolvimento de um trabalho cujos meios são os processos educativos e os espaços organizativos, no intuito de se proporcionar a formação de uma consciência ampliada e de formação integral dos homens e mulheres, tanto em seus aspectos produtivos, como políticos e simbolizadores.

Esta ação pressupõe a conscientização política, mas a transcende porque envolve o esforço individual e coletivo efetivo de vivência de outra ética e outra moral, que não as ditadas pelo capital.

De acordo com Nogueira (2009) a educação popular ganha força quando entram em cena os movimentos populares ou grupos populares organizados. Surge-se então uma compreensão sobre os movimentos de classes populares, permitindo que esses movimentos tomassem corpo em grupos populares, produzindo seus intelectuais fizeram os quais contribuíram na medida do possível, na construção de uma concepção de educação orientada, que refletisse com as pessoas a transformação do país.

Esses grupos tinham seus movimentos, suas pelejas e faziam suas experiências em educação - uma educação que transforma as pessoas que são educadas, em uma sociedade em transformação. [...] A educação popular empenhava conseguir compreender a aproximação entre teoria e prática- Educação conscientizadora íntima relação com gestos coletivos dos grupos e movimentos populares (NOGUEIRA, 2009, p.62).

Segundo Brandão (apud Oliveira 2011) as iniciativas de educação popular não se dão de uma fonte social exclusiva, de natureza política ou de uma associação, e sim de diversas ações, de espaços e instituições. Ela emerge de um contexto histórico no cenário socioeducacional contra a opressão da cultura dominante sobre a cultura popular, das transformações sociais, da Educação de Jovens e Adultos, proveniente do processo de industrialização e da luta política pela democratização do ensino público.

Para Brandão (2008) indiscutivelmente, na América Latina, Freire se constitui num referencial fundamental para a Educação Popular. A concepção de Educação

Popular se orienta para a transformação social e isto é o que substantivamente a diferencia das demais concepções educativas. O que propõe não é a adaptação passiva dos sujeitos ao que aí está, pelo contrário, propõe a construção da criticidade - conscientização - e a inserção dos mesmos em processos transformadores, como protagonistas. Desse modo ele explica que,

A educação popular continua sendo um fundamento de identidade e um tipo de trabalho proposto de maneira explícita por várias organizações não governamentais e inúmeros movimentos sociais em todo o país, e de uma maneira crescente e diferenciada (BRANDÃO, 2008, p.18).

O autor ainda explica que há diferentes maneiras de compreender o que é Educação Popular. Ela pode ser compreendida como educação das classes populares; como saber da comunidade/conhecimento popular; como ensino público. Entretanto, ela também pode ser compreendida como uma das concepções de educação das classes populares.

É neste último sentido, segundo Brandão (2008) que se situa a contribuição de Paulo Freire. O qual define esta concepção educativa como “Educação libertadora”, ou melhor, como “Educação como prática da liberdade”, uma vez que ela, embora esteja sustentada em grandes lineamentos, se faz e refaz continuamente, na experiência dos indivíduos e coletivos que a fazem, não qualquer indivíduo e nem qualquer coletivo, mas os oprimidos e os que com eles se comprometem na perspectiva da transformação social.

Diante desse cenário, surgem debates e reflexões sobre as novas formas de fazer a escola por causa da falta de atendimento educacional para atender as classes populares, que sofriam com a evasão e a expulsão devido ao tipo de educação dada que servia aos interesses da classe dominante.

Segundo kreutz (1979) A educação popular se situa no mesmo quadro das funções sociais da educação escolar. O próprio termo ‘educação popular’ já implica em dizer que ela se realiza numa sociedade dividida em classes. Educação popular tornou-se termo ambíguo, podendo esconder o jogo real dos interesses e objetivos de quem a promove.

Afirma ainda que grupos de pesquisa e autores isoladamente estão realizando, nos últimos anos, um trabalho de sistematização dos diversos e possíveis modelos de educação popular que foram surgindo, tentando detectar os elementos fundamentais para que a educação seja realmente popular. De modo especial segundo Kreutz (1979)

são elucidativos os dois artigos de Aída Bezerra, ambos sob o mesmo título: "As atividades em educação popular". No primeiro artigo a autora analisa a frequente dicotomia entre objetivos e prática educativa concreta nas iniciativas de educação popular; os objetivos que permanecem num nível de abstração muito grande (promoção humana, libertação, etc.) podem resultar em ações que concretizam outro tipo diferente de proposição em relação a que estava contida nas intenções reais dos agentes.

Conforme Kreutz (1979) Aída Bezerra elucida o contexto social em que surgiram certas formas de mobilização e os objetivos aos quais respondem na prática: tratadas obras sociais religiosas, da extensão rural e do desenvolvimento de comunidade. Kreutz (1979) afirma ainda que o propósito de sua reflexão é a melhor compreensão das estruturas de participação que têm servido de mediações à educação popular. No segundo artigo, também sob o título "As atividades em educação popular" a autora reflete sobre as dimensões que as atividades de alfabetização, educação de base e cultura popular ofereceram em relação às práticas anteriores.

Pinto (1987, p. 128) destaca que não existe e nem pode existir um só conceito de educação popular, seu significado dá-se mediante as implicações e determinações políticas.

A expressão Educação Popular, é considerada fruto de uma conjunção de fatores. O termo popular tem se apresentado com diferentes significados segundo o autor Bezerra (1980) [rever citação] ao estudar o conceito no final da década de 1950, apresenta o conceito atrelado às práticas direcionadas ao exercício da cidadania, no sentido de que as minorias possam assumir seu papel sociopolítico, para Brandão (1980), o popular vincula-se à classe e à liberdade, ao mostrar que o "horizonte da educação da educação popular não é o homem educado, é o homem convertido em classe". Manfredi (1980) agrega o popular ligado à educação, no sentido de prática para a autonomia, enquanto seja capaz de gerar um saber instrumento e, sobretudo, quando contribui para a construção de direção política. Wanderley (1979) associa o conceito popular ao de classes populares, como algo que é legítimo que traduz interesses dessas classes, podendo adquirir o significado como "algo do povo". Para Mello Neto (2003), o popular adquire plasticidade conceitual, exigindo, para os dias de hoje, uma definição que, rigorosamente, passa por movimentos dialéticos intrínsecos ao próprio conceito, inserido no marco teórico da tradição e atualizado para as atuais exigências. Souza (1999) vincula com o popular aos movimentos sociais populares. Outros veem como algo que promove a democracia como Canclini 1987 e Peluzzo 1988 (FERRONATO, 2008, p.95).

Paludo (2005) esclarece que a educação popular é ao mesmo tempo, um movimento sociocultural e uma concepção de educação, ou seja, como movimento que expressa uma infinidade de práticas complexas que emergem associadas aos

Movimentos Sociais, grupos comunitários, articulações em torno de alternativas de sobrevivência, entre tantas outras, que apontam para a necessária transformação social, sendo produto da história latino-americana. Como concepção de educação, contrapõe-se as concepções hegemônicas e vai se fazendo, articulada ao movimento sociocultural.

A partir da reflexão dada segundo Oliveira (2011, p.112) a educação popular é a que “o povo cria” em posicionamento ao tipo de educação que é convergida “para o povo”, o que provoca reivindicação de uma ação concreta das classes populares no processo educacional.

Nesta perspectiva, superar preconceitos geracionais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, religiosos, aprender a construir relações de modo transparente e dialógico, compreendendo o diálogo como proposto por Freire (2003), são alguns dos aspectos que envolvem a construção do “novo homem e da nova mulher”. Ou seja,

[...] a educação popular é uma prática social de teor estritamente científico e de valor essencialmente profissional. Ela é o lugar da competência, não o da militância. O lugar das ideias, não o das ideologias. O lugar da profissão, não o da política. (BRANDÃO, 2008, p.21)

Percebe-se que todo esse movimento trouxe uma vasta riqueza de ideias e opções que possibilitaram ambicionar a transformação social dos sujeitos. Essa concepção fundamenta-se na produção de um conhecimento socialmente construído e historicamente preservado, situando o homem historicamente, suas várias relações sociais, políticas, econômicas, culturais e com o meio ambiente; fundamenta-se na práxis social que ocorre inserida na realidade, que estimula a apreensão crítica da realidade.

3. O AJA - Expansão: concepções e forma de organização

No ano de 2001 assumiu a prefeitura de Goiânia o Prof. Pedro Wilson Guimarães o qual propôs empreender, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), sob a gestão da professora Dr^a Walderez Nunes Loureiro, um projeto que defendia: “a escola pública popular gratuita, democrática e de qualidade; os princípios de garantia de acesso e permanência das classes populares na Escola” (RODRIGUES, 2007, p. 21).

Segundo Cunha, Rodrigues e Machado (2007) a secretaria municipal de educação (SME) articulada com os movimentos populares, se alinhava com as

concepções educacionais que tinham por fundamentos a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com esse intuito, buscou parcerias com a sociedade civil, em especial com sindicatos, igrejas associações de bairros, associações de idosos para se implementar um projeto de Educação de Jovens e Adultos denominado AJA-Expansão.

O AJA-Expansão se constitui em um projeto de Alfabetização de jovens e adultos, da secretária municipal de Goiânia (SME) organizado em parceria com a sociedade civil o qual possibilitou o acesso à alfabetização de mais quarenta e cinco mil (45.000) pessoas, moradores em Goiânia, acima de 15 anos. De acordo com Rodrigues (2000), esse fator assegurou a concretização da luta contra o analfabetismo no município de Goiânia, sendo parte de uma política pública municipal de combate à exclusão social.

O projeto Aja-Expansão se constituiu em uma experiência pedagógica que visava um novo jeito de ser da escola com horários, registros de frequências, conteúdos e metodologias diversas, norteados por princípios teórico-filosóficos baseados nos conceitos de cidadania, identidade, aprendizagem e linguagem. Princípios estes incorporados à proposta de um governo que se auto definia como popular e democrático em uma gestão que se deu durante os anos de 2001 a 2004. Tal gestão “via a precisão de resgate do social com o povo abandonado e marginalizado e acima de tudo excluídos do ambiente escolar ou que dele não tiveram acesso” (CUNHA, RODRIGUES e MACHADO 2007, p.22).

Este projeto contou também com uma parceria com o Governo Federal, integrando-se ao programa Brasil Alfabetizado, concretizando um grande movimento, tanto local como Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos. Com suas raízes nos movimentos populares o projeto AJA-Expansão buscou na estrutura princípios do Círculo de Cultura de nível Nacional e local, quando da experiência vivenciada em 1993 em Goiânia, na luta pelo direito a educação.

Segundo Cunha, Rodrigues e Machado (2007) o projeto AJA-Expansão como movimento de Alfabetização com identidade própria, faz parte do plano de educação do programa de governo, mantendo-se o respeito à identidade do projeto que, como movimento educacional, como ação política e cultural se afirma e se expande, no qual a alfabetização de pessoas jovens e adultas passa a ser vista como estratégia não só educativa, mas também de desenvolvimento econômico, solidário e popular quando se

trata de elementos essenciais para a permanência dos educandos e a formação continuada em rede por todos os participantes.

De acordo com as autoras, o projeto AJA-Expansão trazia em sua prática a realidade vivida pelo grupo com o qual trabalhava num processo dialógico. Cujos participantes eram educadores populares com formação em nível superior em pedagogia ou em cursos de licenciaturas com experiências comprovadas em alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou participação em movimentos populares, pessoas da própria comunidade e indicados por parceiros. A prática pedagógica do projeto AJA-Expansão realiza-se numa abordagem sociointeracionista, dialógica, pautada em estratégias de letramento, na realidade sociocultural dos educandos numa perspectiva interdisciplinar de transformação da realidade que possibilite o acesso a leitura e a escrita proporcionando entender o mundo, analisar e intervir de forma crítica na sociedade em que vivemos..

A formação continuada desses educadores perpassava os encontros semanais, os momentos de visitas às turmas de alfabetização, encontros anuais, regionais, e nacionais na área da alfabetização. Sendo que o seu processo de formação era visto como um momento de produção do conhecimento que se originavam de questões postas pela prática. A formação inicial dos sujeitos envolvidos no processo era ministrada pelas universidades Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Católica de Goiás (UCG) sendo elas especialistas mestras e doutoras com formação em educação e com estudos pesquisas e práticas em Educação de jovens e adultos (EJA) e educação popular.

Cunha, Rodrigues e Machado (2007) apontam que vários desafios se apresentavam para a realização do Projeto, desde as iniciativas de localizar o público específico; como a indicação dos Alfabetizadores para o Projeto; a participação dos educadores, coordenadores e gestores em encontros de educação locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais procurando a construção de uma pedagogia alicerçada em Paulo Freire e no paradigma da educação popular e, a construção de bases institucionais no sentido de se garantir a continuidade a continuidade do projeto em caso de uma alternância de Governo.

No que se refere à leitura realizada o projeto AJA-Expansão na gestão 2001-2004 reafirma a importância na definição de políticas públicas voltadas para a

alfabetização de jovens e adultos na busca de possibilitar a estes a transformação social. Nesse sentido é possível compreender que a AJA expansão fundamentou-se nos princípios dos movimentos sociais, frente aos desafios de uma educação popular que possibilitava experiências significativas aos educandos.

Considerações finais

A partir da reflexão das autoras Cunha; Rodrigues e Machado (2007) foi possível compreender que o Projeto AJA-Expansão foi constituído a partir de uma resposta de alguns segmentos da sociedade civil (ONGs, Universidades, Associações de Moradores, Sindicatos e instituições) sensibilizados com o alto índice de analfabetismo em Goiânia apontado pelo Censo de 2000 do IBGE.

Frente a esta demanda e pautada pelos princípios da Educação Popular, a SME em parceria com estes segmentos, buscou construir um projeto de alfabetização de jovens e adultos, assentado na história dos movimentos populares vividos em Goiás, e mais especificamente em Goiânia, desde os anos de 1960, com os Círculos de Cultura, fundamentados nas ideias de Paulo Freire, muito presentes à época, no intuito de reduzir os índices de analfabetismo no município e de proporcionar o desenvolvimento sócio cultural dos sujeitos educandos envolvidos no projeto.

As reflexões sobre ao Projeto AJA-Expansão, indicam as mediações políticas e pedagógicas de uma concepção que pressupõe ainda: o processo sócio pedagógico comprometido com a produção de um conhecimento socialmente construído e historicamente, promovendo o debate, o estudo, a pesquisa, que se objetiva alcançar; suscitado pela prática social e pelas demandas postas pela sociedade.

Considera-se que é preciso indagar sobre os processos societários, suas profundas transformações, numa perspectiva que possibilita ir além das representações que se constroem para expressar o mundo imediato, construídas a partir das expressões fenomênicas da realidade, das questões imediatas, e da consciência daquilo que é imediatamente visível e acessível na realidade.

Diante do exposto compreende-se que a SME desenvolveu em seu interior e fora dela, uma concepção democrática popular, de modo que essas práticas repercutiram na totalidade, ao contribuir para a formação comprometida com a mudança social ao oferecer possibilidades de participação e intervenção no processo histórico dos Adolescentes, Jovens e Adultos. Evidencia nesse sentido, seu compromisso

sociopolítico com as camadas populares da sociedade, reforçando compromisso com a transformação social e participação no processo democrático influenciando na sua interação com a educação.

Referências Bibliográficas:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora.** MACHADO, Maria Margarida.(org.) Formação de educadores de jovens e adultos .Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

CUNHA, Alda Maria Borges, RODRIGUES, Maria Emilia de C., MACHADO Maria Margarida. **Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 19-38, jan./abr. 2007.

FERRONATO, Cristiano. **Educação popular no Brasil;** Trajetória histórica e perspectivas. Revista do Centro Universitário Moura Lacerda. Volume 10, n. 10, 2008.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido.*** 37 ed, RJ: Paz e Terra, 2003.

JESUS, Janaína Cristina de. **Educação fundamental de adolescentes jovens e adultos.** IN: Para além da Escola; por uma Política pública intersetorial /organizadoras, Arlene Carvalho de Assis Clímaco e Walderês Nunes Loureiro. - Goiânia: Anpae/ FUNAPE, 2013.

KREUTZ, Lucio. **Movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961-64.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, maio de 1979.

MACHADO, Maria Margarida. **Política Educacional para Jovens e Adultos: A Experiência do PROJETO AJA (93/96) na Secretaria Municipal da Educação de Goiânia.** Dissertação de Mestrado. Goiânia, 1997.

NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 10 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

OLIVEIRA Ivanilde Apoluceno de. **Cultura e interculturalidade na educação popular de Paulo Freire.** Eccos Revista Científica, núm. 25, jan.- jun. 2011, pp. 109-124.

PALUDO, Conceição. ***Dinâmica político-pedagógica da organização social.*** In CARBONARI & COSTA & CONTI (orgs) Agora - sobre os processos organizativos e sociais: sistematização de curso e seminário. PF/RS, Coleção Dia-Lógos – 05, Berthier, 2005.

PINTO, João Bosco Guedes. **Reflexões sobre as estratégias educativas do estado e a prática da educação popular.** Revista Serviço Social e Sociedade Volume 5, n. 15. Editora Cortêz 1984.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **A Prática do Professor na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos: a experiência do Projeto AJA de Goiânia-GO.** Dissertação de Mestrado. Goiânia, GO, 2000.

------. **A Prática do Professor na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos: a experiência do Projeto AJA de Goiânia-GO.** In. Caminhando e abrindo caminhos: trajetória de uma rede municipal de educação. Orgs. Aurora Helena F. e Silva [e] Ely G.S. Evangelista. UFG, 2004.

SANTOS, Esmeraldina Maria dos. **Os saberes dos professores do ensino fundamental da educação de adolescentes, jovens e adultos.** Dissertação de Mestrado. Goiânia 2007.